



Nº 52 – julho de 2018



Na sequência dos eventos públicos regionais planejados para buscar subsídios para a elaboração de Plano Nacional de Combate à Corrupção, no âmbito da Ação 01/2018, que tem como objetivo ampliar a transparência pública e a participação social no Combate à Corrupção por meio da apresentação de propostas que possam servir como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, nos dias 26/06/2018 e 04/07/2018, foram realizados o Segundo e Terceiro Evento Público Regional, respectivamente em Belém/PA e Brasília/DF.

O Primeiro Evento Público Regional aconteceu em Curitiba/PR, na Universidade Federal do Paraná, e recebeu 25 propostas de Prevenção e de Combate à Corrupção. O Segundo Evento Público Regional ocorreu em Belém, no Pará, na Escola do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), e contou com 44 participantes que apresentaram 19 propostas de prevenção e de combate à corrupção. O Terceiro Evento Público Regional foi realizado em Brasília, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e foram apresentadas 26 propostas, subdivididas em 16 no eixo temático prevenção, 6 no eixo detecção e outras 4 no eixo punição. Nos três eventos já realizados, somam-se 71 propostas recebidas, que estão sendo analisadas pelo Grupo de Trabalho da Ação 1/2018 da ENCCLA.

Os próximos Eventos Públicos Regionais estão agendados para São Luiz, Maranhão, em 31 de julho, e em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 22 de agosto, totalizando cinco encontros regionais realizados pela Ação 01/2018 da ENCCLA.

Para ampliar a participação da Sociedade na construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, a ENCCLA recebe, até 20 de agosto, por meio de formulário eletrônico, novas ideias a serem analisadas pelo Grupo de Trabalho da Ação 01/2018, e que serão também utilizadas como base para a elaboração do Plano. Ao final do ano, em novembro, o Plano Nacional de Combate à Corrupção será apresentado para aprovação na XVI Reunião Plenária da ENCCLA.

O endereço para participação é: <http://enccla.camara.leg.br/noticias/encaminhamento-de-propostas-para-o-plano-nacional-de-combate-a-corrupcao>

Após um período de férias para diversos participantes, as reuniões dos Grupos de Trabalho das 11 Ações de 2018 recomeçam em agosto. Até o final de setembro os trabalhos devem ser concluídos e os relatórios finais encaminhados.

A terceira reunião do GGI foi marcada para o dia 16 de agosto, quando será realizado o acompanhamento das Ações de 2018 e iniciado o planejamento da Enccla 2019.

Secretaria Executiva



Agenda de Reuniões e Eventos ENCCLA 2018

Ação 1/2018 – Plano Nacional de Combate à Corrupção. Evento Público Regional – Nordeste – São Luís-MA. Data 31 de julho de 2018, no Auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Endereço: Avenida Professor Carlos Cunha, 3.261, bairro Calhau, São Luís/MA. [Acesse aqui a programação e o formulário de inscrição.](#)

Ação 1/2018 – Plano Nacional de Combate à Corrupção. Evento Público Regional – Sudeste – Belo Horizonte-MG. Data 22 de agosto de 2018, na Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais

(CGU-MG). Endereço: Rua dos Timbiras nº 1.778, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG. [Acesse aqui a programação e o formulário de inscrição.](#)

02/08/2018 - **4ª Reunião da Ação 3** - Coordenador: MPT. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ATRICON, CGA/SP, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, COAF, CONACI, GNCOC, MPC/RS, MP/DFT, MP/PB, MP/MS, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPF, PF, PGE/BA, PGE/RS, REDE, RFB, SEGES/MP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

07/08/2018 - **4ª Reunião da Ação 5** - Coordenador: MPF. Coordenador-Adjunto: CNMP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, BCB, BNDES, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, CONACI, CVM, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/PR, MPT, PF, PGFN, PG/DF, REDE, PREVIC, SUSEP. Local: DRCI, às 14h30.

08/08/2018 - **4ª Reunião da Ação 4** - Coordenador: TCU. Coordenador Adjunto: CGU. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ATRICON, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CONACI, MD, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, PF, REDE, RFB, SEGES/MP, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

08/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 10** - Coordenador: MPF. Coordenadores Adjuntos: PREVIC e SPREV. Colaboradores: AJUFE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, Casa Civil/PR, CGU, COAF, CVM, MP/DFT, MP/MS, PF, PGE/BA, REDE, RFB, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

09/08/2018 - **4ª Reunião da Ação 5/2017 – GRUPO TEMÁTICO SOBRE O SETOR SAÚDE.** Coordenador: TCU. Coordenador Adjunto: MPF. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUDE, ANPR, CADE, CGMSP, CGU, CNMP, COAFM CONACI, GNCOC, MPGO, MPT, PF, PGFN, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

09/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 9.** Coordenadores: BCB e MPF. Colaboradores: AGU, AJUFE, BB, CADE, Casa Civil/PR, CG/DF, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONCPC, CVM, GNCOC, MP/DFT, MPM, MRE, PC/SP, PF, PREVIC, REDE-LAB, SENASP, SUSEP, TCU. Convidado: CNJ. Local: DRCI, às 14h30.

10/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 8.** Coordenadores: RFB. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, ANAPE, BB, BCB, BNDES, Casa Civil/PR, CAIXA, CGU, CJF, COAF, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MS, MP/RJ, MP/SP, MP/SC, MPF, MRE, PC/RS, PC/SP, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Convidado: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Local: DRCI, às 9h30.

14/08/2018 - **6ª Reunião da Ação 1.** Coordenadores: DRCI. Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

14/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 6.** Coordenadores: CNMP e CGU. Coordenador-Adjunto: SEGOV/PR. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, Caixa, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, COAF, CONACI, CVM, DRCI, FEBRABAN, GNCOC, INSS, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/PI, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, MPT, PF, PGE/BA, PREVIC, REDE, RFB, SEGES/MP, SENASP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

15/08/2018 - **4ª Reunião da Ação 2.** Coordenadores: AGU e AJUFE. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, CGE/MG, CGM/SP, CJF, CNMP, CONACI, DRCI, GNCOC, INSS, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/SP, MPF, PC/RS, PF, PGFN, PGM/SP, REDE, RFB, SENAD, SENASP, SPREV/MF, TCU. Convidado: CNJ. Local: DRCI, às 9h30.

16/08/2018 - **3ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada da ENCCLA.** Coordenadores: DRCl. Colaboradores: Local: DRCl, às 9h30.

22/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 11.** Coordenadores: COAF. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, BB, BCB, BNDES, CAIXA, CGU, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOG, MP/DFT, MP/MA, MP/MS, MPF, PF, PGFN, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Local: DRCl, às 14h30.

29/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 7.** Coordenadores: CONCP. Coordenador-Adjunto: SENASP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, COAF, CONCP, MP/DFT, MP/MS, MP/PR, PC/RS, PC/SC, PC/SP, PF, REDE, REDE-LAB. Local: DRCl, às 9h30.

Conheça as Ações Enccla 2018

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*



Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF

ADPF-CE realiza Simpósio Internacional de Combate à Corrupção



04/07/2018 - A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - Regional Ceará (ADPF-CE), com o apoio da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Escola Nacional dos Delegados de Polícia Federal (EADelta), realizará nos dias 05 e 06 de setembro de 2018, no Teatro do Shopping Riomar Fortaleza, o Simpósio Internacional de Combate à Corrupção (SICC), com o objetivo de proporcionar o aprofundamento teórico e prático aos que atuam e aos que pretendem atuar na esfera criminal.

O SICC terá como tema geral investigação criminal, eficiência e garantia dos direitos fundamentais. A ideia do simpósio é que sejam debatidas medidas que possam colaborar para o aumento da eficiência da investigação criminal, especialmente no combate à corrupção, sem prejuízo aos direitos fundamentais dos envolvidos, levando em consideração os recursos disponíveis e a legislação em vigor.

Para tanto, serão realizados painéis de debates, formados por três debatedores e um mediador, representantes das diversas carreiras jurídicas que atuam na investigação criminal, em que serão abordados

tópicos relacionados ao tema geral do evento. Além disso, haverá dois concursos, sendo um de artigos científicos e outro de boas práticas.

Os métodos e técnicas aplicadas na investigação criminal, bem como os conceitos jurídicos que têm relação com essa atividade estatal, devem se amoldar não só ao ordenamento jurídico vigente, mas também à realidade do Brasil. Assim, no âmbito investigativo, as normas correlatas não mais se traduzem como mero conjunto de regras acessórias de aplicação do direito material, mas como instrumento público de realização da justiça. Dessa forma, faz-se necessário transpor barreiras conceituais, de modo a alcançar o aprofundamento teórico e prático pretendido, com vistas a promover a eficiência da investigação criminal, em contributo à Segurança Pública, que, no Estado Democrático de Direito, revela-se um direito fundamental à ordem jurídica e à proteção social, sem o qual não há como a sociedade exercer os demais direitos, em sua plenitude.

Serviço:

- Data: 5 e 6 de setembro de 2018
- Horário: 8h às 18h
- Local: Teatro do Shopping Riomar Fortaleza
- VAGAS LIMITADAS: 500 VAGAS
- Prazo para envio de Artigos e Boas Práticas: 10 de agosto
- Inscrições: [Clique aqui](#)
- Público alvo: O evento é dirigido a advogados, delegados de polícia, defensores e advogados públicos, magistrados, membros do Ministério Público e graduandos em Direito.

Acompanhe as redes sociais do evento e fique por dentro de cada novidade:

Instagram
Facebook

[Advocacia-Geral da União - AGU](#)

[Congresso - Combate a Corrupção na Administração Pública \(SP\)](#)

CONGRESSO
COMBATE A CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS

30 e 31
AGOSTO 2018

09h 00 às 17H30

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Use app para QR code

Coordenação:
Rita Dias Nolasco
Augusto César Monteiro Filho
Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro
Murillo Giordan Santos
Rodrigo Fernando Machado Chaves

Local:
Auditório da Escola da AGU em São Paulo
Av. Paulista, Nº 1374, 3º Mezanino

Apoio Institucional:
ESMPU
INSTITUTO DE DIREITO CONTEMPORÂNEO

Patrocinador:
ESCOLA DA AGU
AGU
EMAG

11/07/2018 - A Escola da AGU no Estado da São Paulo informa que estão abertas as inscrições para o Congresso Combate a Corrupção na Administração Pública - Diálogos Interinstitucionais.

Coordenação:

Rita Dias Nolasco

Augusti César Monteiro Filho

Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro

Murillo Giordan Santos

Rodrigo Fernando Machado Chaves

Data/Horário:

30 e 31 de Agosto de 2018

9h às 17h30

Local: Auditório da Escola da AGU - Av. Paulista, n. 1374, 3 andar - Mezanino – São Paulo – SP

Público-alvo: Membros e servidores da AGU, membros e servidores da Magistratura, membros e servidores do Ministério Público, membros das demais carreiras Jurídicas e demais interessados.

Inscrições gratuitas pelo link: <https://goo.gl/forms/j9gEtA6bMvKp5xPh1>

Mais informações:

Escola da AGU no Estado da São Paulo

E-mail: escolaagu.sp@agu.gov.br

Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB

Comissão do CPP da AMB debate novas sugestões ao texto

05/07/2018 - Na tarde desta quarta-feira (4), a comissão da AMB designada para analisar o Projeto de Lei 8045/10 da Câmara, que reforma o Código de Processo Penal (CPP), se reuniu na sede da Associação, em Brasília. Os integrantes definiram as diretrizes de contribuição da Magistratura para continuar o aperfeiçoamento do novo Código. O presidente Jayme de Oliveira participou da reunião.

No encontro, os magistrados Marco Antônio Marques, coordenador da Comissão; Francisco Borges, vice-presidente de interiorização da AMB e Paulo Sorci, vice-coordenador de Execuções Penais, analisaram pontos coincidentes e contraditórios de propostas da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), apresentadas pessoalmente pelo presidente Fernando Bartoletti, e as enviadas pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) e Associação Nacional de Polícia Judiciária (ADPJ), além da própria AMB, que serão contabilizados em um novo relatório. Na terça-feira (3), o membro da comissão e presidente da Amazon, Cássio Borges, esteve em Brasília também para tratar do assunto no Congresso Nacional.

“Estamos analisando de que forma o projeto pode ficar mais direto e tranquilo, sem situações que gerem contradições e, com isso, impeça uma votação ou o próprio andamento do processo, dificultando o trabalho do juiz e, por sua vez, a prestação judicial mais célere”, disse o coordenador Marco Antônio Marques.

O documento com as novas sugestões resultantes do debate será posteriormente apresentado ao relator do projeto, deputado João Campos (PRB-GO). Os associados que ainda não participaram do fórum de discussão da AMB a respeito do Projeto de Lei 8045/10 da Câmara, que trata do novo Código de Processo Penal (CPP), podem apresentar suas sugestões e propostas até o dia 16 de julho.

Leia matéria relacionada [aqui](#).

Audiência pública debaterá plano nacional de combate à corrupção

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) promove, no próximo dia 31 de julho, a terceira audiência pública para debater ações do Plano Nacional de Combate à Corrupção. O encontro acontecerá em São Luís, no Ministério Público do Maranhão. A iniciativa faz parte da Ação 1 da Enccla, coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), juntamente com a Advocacia Geral da União e o Ministério Público Federal.

O colegiado já realizou audiências públicas regionais em Curitiba, Belém e em Brasília. Também deverá ser disponibilizada uma consulta via internet, entre os dias 20 de julho e 20 de agosto, com o objetivo de coletar novas propostas da sociedade. O último encontro está programado para agosto, em Belo Horizonte.

A Associação Nacional dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) integra a Enccla desde 2013 e atua em caráter de colaboração nas Ações 1, 2, 3, 4 e 6. De acordo com o representante da Atricon na Estratégia Nacional, conselheiro Cezar Miola, “o encontro é uma oportunidade para debater e reunir sugestões da população para aperfeiçoar o Plano a ser apresentado em breve”.

A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, Tribunais de Contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares.

As inscrições são gratuitas e limitadas. Acesse a programação e o link para inscrições em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/enccla/copy_of_plano-combate-corruptcao-ma.

Priscila Pinto Oliveira

Assessora – Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Tribunais de Contas participam da elaboração de plano nacional de combate à corrupção

09/07/2018 - O conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, participou, nesta quinta-feira (5), da reunião da Enccla que discutiu as ações que irão compor um plano nacional de combate à corrupção. Cezar Miola representa a Associação de Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). O colegiado reúne representantes de 90 órgãos dos três Poderes, Ministério Público, Tribunais de Contas e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública.

No encontro, realizado no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), em Brasília, foram analisadas as contribuições ao Plano recebidas nas audiências públicas realizadas em Curitiba, Belém do Pará e em Brasília. O grupo deverá também disponibilizar uma consulta via internet, entre os dias 20 de junho e 20 de agosto, com o objetivo de coletar novas propostas da sociedade e realizar encontros em outras regiões do país.

Entre os resultados já alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares.

Priscila Oliveira - Assessora – Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul

[Casa Civil participa de eventos do ENCCLA em Brasília](#)

06/07/2018 - Na quarta-feira, 4, o subchefe de Ética, Controle Público e Transparência, Carlos Alberto Hundertmarker, participou do Evento Público Regional de Brasília que subsidiará a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção da Ação 01/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Já na quinta-feira, 5, Carlos esteve na 5ª reunião da Ação 01/2018, em Brasília. O encontro serviu para tratar da avaliação e análise das propostas obtidas nos eventos públicos regionais de Belém e Brasília.

A estratégia visa à normatização para a melhoria dos processos de governança e gestão a serem adotados em todos os Poderes e esferas da federação, com foco no combate à fraude e à corrupção. A ENCCLA, criada em 2003, vem desenvolvendo atividades que trazem resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção. Suas atividades se efetivam através do desenvolvimento de ações, sendo estas propostas e pactuadas anualmente. Para cada uma dessas ações é criado um grupo de trabalho, composto por membros de vários órgãos e instituições, o qual fica encarregado de dar efetividade aos objetivos a que se propõem.

Além da Casa Civil/RS, estiveram presentes representantes da Casa Civil/PR, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/MP), da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (ANAPE), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério Público Federal (MPF), da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), do Grupo Nacional de Combate à Organizações Criminosas (GNCOG), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal E do Ministério da Justiça.

Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR)

[Plano Nacional de Combate à Corrupção - Ação 1/2018 da Enccla em Brasília](#)

03/07/2018 - A Comissão de Ética Pública, como colaboradora da Ação 1/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), informa que estão abertas as inscrições para o evento público que ocorrerá em Brasília, no próximo dia 4 de julho de 2018, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O encontro é gratuito aberto ao público. [Clique aqui](#) para acessar a programação e realizar sua inscrição.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

[Debate sobre o Plano Nacional de Combate à Corrupção](#)

4º evento público regional será realizado no Maranhão

10/07/2018 - A Ação 1/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) organizará mais um debate sobre o Plano Nacional de Combate à Corrupção, dessa vez na cidade de São Luís, no Maranhão. O quarto evento público regional será realizado no dia 31 de julho, no Auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça.

Marcus Vinicius de Carvalho, do Núcleo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da Superintendência Geral (PLDFT/SGE) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), participará

do encontro. Para ele, *"a possibilidade de debater o Plano com diversos representantes da sociedade civil auxilia na construção democrática do material, permitindo elaborá-lo de maneira coletiva e com diferentes visões sobre o tema"*.

Como participar

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas por meio do [preenchimento de formulário eletrônico](#) (*link para site externo*). As vagas são limitadas.

Sobre a ENCCLA

Instituída em 2003, sob a coordenação do Ministério da Justiça, a ENCCLA é formada pela CVM e mais de 90 órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Estratégia intensifica a prevenção a esses crimes porque potencializa a expertise de diversos parceiros em prol do Estado brasileiro.

Serviço

Plano Nacional de Combate à Corrupção – Evento Público Regional

Data: 31/7/2018

Horário: 8h às 18h

Local: Auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça (Avenida Professor Carlos Cunha, 3.261 – Calhau, São Luís/MA)

Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI

[Espírito Santo: Secretário da Secont faz palestra sobre Lei Anticorrupção em seminário para micro e pequenos empresários](#)

04/07/2018 - O secretário de Estado de Controle e Transparência (Secont), Marcos Pugnall, será um dos palestrantes do *"Seminário Empresa Íntegra: Como Proteger a Sua Empresa da Corrupção"*, que acontece nesta quinta-feira (05/07), às 8h30, no Auditório do Sebrae, em Vitória. O evento é realizado pelo Sebrae/ES e pela Controladoria-Geral da União (CGU/ES), com apoio da Secont. O público-alvo são, principalmente, micro e pequenos empresários.

Durante palestra com o tema *"O Combate à Corrupção e a Aplicação da Lei 12.846/2013 no Estado do Espírito Santo"*, o secretário vai abordar aspectos históricos e conceitos da legislação, além de explicar o trabalho realizado pela Subsecretaria de Integridade Governamental e Empresarial (Subint).

O representante da CGU João Tadeu de Castro Batista abre o evento com a palestra *"Programa Empresa Íntegra – Proteja Sua Empresa Contra a Corrupção"*. O encerramento será com a palestra *"Compliance para Pequenos Negócios e o Programa Empresa Íntegra"*, ministrada por Gilberto Socoloski, do Sebrae Nacional.

Ministério da Justiça – MJ

[Evento público em Brasília recebe 26 propostas para o combate à corrupção](#)

Realizado em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o evento reuniu diversos setores da sociedade para debater propostas para o Plano Nacional de Combate à Corrupção

Brasília, 4/7/2018 - Nesta quarta-feira, 4/7, foi realizado o terceiro Evento Público Regional promovido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça.

A iniciativa faz parte do desenvolvimento da Ação 1/2018 da Enccla que irá elaborar e aprovar o Plano Nacional de Combate à Corrupção. O objetivo da ação é obter contribuições para o enfrentamento da corrupção no Brasil. Durante o evento, foram apresentadas pelos participantes 26 propostas, subdividas em 16 no eixo temático prevenção, seis no eixo detecção e outras quatro no eixo punição.

A sociedade deve se organizar, pensar o combate à corrupção de maneira profissional, destaca Pedro Soares, Advogado da União, que coordena o grupo de trabalho da Ação 1/2018. "É preciso dar o próximo passo, pensar a curto, médio e longo prazos, respeitar os papéis e somar. O que se quer na Ação 1/2018 é organizar, criar esses fluxos possíveis de cooperação para juntos buscarmos níveis aceitáveis da percepção da corrupção em nosso país", afirma Soares.

Essa é uma discussão que não faz parte só da Enccla, mas de diversos segmentos da sociedade, tendo em vista o panorama hoje, não só em nosso país, mas mundial, de combate à corrupção, explica Luiz Roberto Ungaretti, diretor do DRCI/SNJ. "O melhor caminho, tal como realizado na Enccla, é a colaboração, a sinergia entre os diversos atores da sociedade. Tenho certeza que esses Eventos Regionais trarão um excelente resultado, demonstrando que vale a pena lutar por um país melhor", ressalta Ungaretti.

O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bessa, ressaltou a importância da realização do evento público, com foco nos três eixos da Enccla de prevenção, detecção e punição aos crimes de corrupção. "A corrupção é um crime silencioso, que ceifa milhares de vidas, na medida em que o dinheiro desviado deixa de ser aplicado em áreas como educação e saúde, por exemplo", destaca Bessa.

Este foi o terceiro evento público regional, de um total de cinco encontros. Os próximos estão agendados na região sudeste e nordeste. Nos três eventos já realizados, somam-se 77 propostas recebidas e que serão analisadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção. Ao final do ano, em novembro, o Plano será aprovado e apresentado durante a Reunião Plenária da Enccla.

Ministério da Justiça – MJ

[Evento Público em Belém recebe 19 propostas de combate à corrupção](#)

Belém, 26/06/2018 – O segundo Evento Público Regional promovido pela Ação 1/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foi realizado nesta terça-feira (26), em Belém (PA). Este foi o segundo encontro de um total de cinco para discutir, junto à sociedade, propostas para a consolidação do Plano Nacional de Combate à Corrupção. O encontro, que aconteceu na Escola do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), contou com 44 participantes que apresentaram 19 propostas de prevenção e de combate à corrupção.

Silvia Oliveira, coordenadora-geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI), enfatizou a necessidade de estimular a participação da sociedade na elaboração do Plano Nacional de Combate à corrupção. "O intuito dos eventos é ouvir as propostas e sugestões da sociedade nas discussões e futuras ações de combate à corrupção que serão executadas pelos agentes públicos do país, aproximando a gestão pública das necessidades dos cidadãos", explicou.

O procurador-geral de Justiça do Estado do Pará, Gilberto Martins, participou do evento e ressaltou a importância da concretização do Plano Nacional de Combate à Corrupção. "O Brasil enfrenta um momento difícil, portanto é fundamental investir nos diversos aspectos da prevenção à corrupção. Os recursos desviados da gestão pública impedem e prejudicam políticas sociais, de infraestrutura e o desenvolvimento do país, afetando diretamente toda a sociedade", destacou.

As 19 sugestões foram apresentadas e discutidas em grupos de trabalho segmentados pelos eixos de atuação de Enccla: prevenção, detecção e punição. Foram apresentadas 10 propostas no eixo Prevenção (iniciativas para evitar a ocorrência de atos de corrupção); sete propostas no eixo Detecção (iniciativas para

melhor identificação e controle de atos de corrupção); e duas propostas no eixo Punição (iniciativas para investigação e aplicação de sanções ou penas para os praticantes de atos de corrupção).

O próximo Evento Público será realizado em Brasília (DF), na quarta-feira, 4 de julho, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Faça aqui sua inscrição e acesse a programação do evento (<http://www.justica.gov.br/sua-protacao/lavagem-de-dinheiro/enccla/plano-combate-corrupcao-df>).

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

Evento sediado no MPDFT recebe propostas de combate à corrupção

04/07/2018 - Até o momento, foram realizados três eventos regionais e recebidas 77 propostas que servirão de base para a elaboração de um Plano Nacional de Combate à Corrupção



O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recebeu, nesta quarta-feira, 4 de julho, o terceiro Evento Público Regional promovido pela Ação 1/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O encontro contou com mais de 100 participantes e recebeu 26 propostas para colaborar no combate à corrupção. As sugestões foram apresentadas e discutidas em grupos de trabalho, divididos em prevenção, detecção e punição. Capacitação de ouvidorias e profissionais de controle, aumento de pena dos crimes de

corrupção e ampliação da transparência sobre repasses de recursos foram alguns dos temas debatidos durante o dia.

Além de representantes do Ministério Público, participaram órgãos de controle, especialistas de alto nível técnico e sociedade civil. Segundo a promotora de Justiça Lenna Daher, "o objetivo do evento foi alcançado, que foi a de construir coletivamente propostas para um plano nacional de combate à corrupção. Foi um dia muito importante para o MPDFT, que sempre se destacou no combate à corrupção e que também vem desenvolvendo iniciativas de atuação em rede com as demais instituições públicas e de controle social. A maioria das propostas apresentadas foi voltada à prevenção do problema, o que reflete a necessidade de trabalharmos nessa frente, sem esquecer a detecção e a punição", afirmou.

Abertura



No início do evento, o procurador-geral de Justiça, Leonardo

Bessa, destacou a recente criação de promotorias de Justiça cuja atuação contribuirá para o combate e à prevenção aos crimes de corrupção. Ele também ressaltou a necessidade de trabalhar de forma articulada com outras instituições e defendeu a proposta de criação de um fundo para reunir recursos necessários às ações de combate a esse tipo de crime.

"Não é possível conceber, em momentos de crise, que uma instituição aja de forma isolada. É preciso encontrar

soluções inovadoras e efetivas na construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, conforme diz a Constituição”, afirmou.

Participaram ainda da abertura do encontro o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, a subprocuradora-geral da República e coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Maria Iraneide Facchini, e coordenador-geral de defesa da probidade da Advocacia-Geral da União, Pedro Vasques Soares.

Saiba mais

Estão previstos cinco eventos regionais para discutir propostas ao Plano Nacional de Combate à Corrupção. Já foram realizados encontros em Curitiba e Belém. São Luiz e Belo Horizonte serão as próximas cidades a sediar os debates. Somando os três eventos realizados até o momento, foram recebidas 77 propostas que servirão de base para a elaboração do Plano.

Saiba mais sobre a Enccla.



Secretaria de Comunicação

(61) 3343-9604 / 3343-9601 / 3343-6413 / 99303-6173

comunicacao.externa@mpdft.mp.br

facebook.com/mpdftoficial

twitter.com/mpdft

youtube.com/mpdftoficial

instagram.com/mpdftoficial

Ministério Público do Estado da Paraíba – MPPB

[Painéis destacam atuação de órgãos nacionais e internacionais no combate à pirataria na saúde](#)



09/07/2018 - A atuação de órgãos nacionais e internacionais no combate à pirataria de produtos para a saúde foi o tema dos dois primeiros painéis do Seminário combate à pirataria e a proteção à saúde do consumidor, que está ocorrendo em João Pessoa.

No primeiro painel, a adida de propriedade intelectual do Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido, Maria Angélica Garcia, falou sobre os trabalhos da agência britânica UK IPO que é responsável pela concessão de direitos e elaboração de políticas públicas, incluindo direitos autorais e que está presente em diversos países.

A agência também é responsável pela educação da indústria e consumidores sobre direitos e responsabilidade de propriedade intelectual. A adida Maria Angélica falou ainda sobre como é o combate à pirataria de produtos de saúde no Reino Unido, que é feito pela *Medicines and Healthcare Products Regulatory Agency* (MHRA), a agência reguladora britânica.

O painel teve como presidente de mesa o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNPC) do Ministério da Justiça, Rogério Forster, que representou o presidente do CNPC, Claudenir Pereira. O debatedor foi o representante da coordenação de combate ao contrabando da Secretaria da Receita Federal, Alexandre Magdalena.

O segundo painel discutiu a atuação fiscalizadora e repressiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Polícia Federal. O coordenador de Inteligência e Contrainteligência da Anvisa, Marcel Figueira, disse que o órgão tem uma equipe de fiscalização que faz levantamento de equipamentos médicos e produtos piratas.

“A Anvisa tem intensificado mais o combate à pirataria e contrabando de equipamentos médicos e implantes odontológicos. No ano passado teve uma operação da polícia federal que detectou que equipamentos contrabandeados entraram na cadeia legal e estavam sendo usados em clínicas”, comentou.

O delegado da Polícia Federal de Santa Catarina, Sandro Luiz Bernardi, falou que a PF atua no combate quando ocorre lesão a bens e interesses da União. Tivemos um caso no Sul de importação irregular equipamentos de diagnóstico médico, um verdadeiro mercado negro de equipamentos importados dos Estados Unidos, que ingressaram clandestinamente no Brasil. Atuamos através da operação, reprimindo”, disse o delegado, ressaltando que as pessoas presas respondem por crimes de contrabando, corrupção ativa e passiva e lavagem de capitais.

Esse painel teve como presidente de mesa o gerente de estratégia regulatória da Abimo, Joffre Moraes e como debatedor o professor José Alberto Ferreira.

[Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda - SPREV/MF](#)

[ENCCLA: Começam as inscrições para o 4º evento do Plano Nacional de Combate à Corrupção](#)



Programação

08:00 - 09:00	Credenciamento
09:00 - 09:30	Abertura
09:30 - 11:00	Apresentação da metodologia de trabalho
11:00 - 12:00	Divisão dos 3 Grupos de Trabalho e início das discussões 1. Prevenção 2. Detecção 3. Punição
12:00 - 14:00	Intervalo para o Almoço
14:00 - 16:30	Continuidade das discussões nos 3 Grupos de Trabalho
16:30 - 17:00	Intervalo
17:00 - 18:00	Plenária final para entrega dos resultados dos Grupos de Trabalho

[Clique aqui para se inscrever](#)

 DEPARTAMENTO DE REGISTRAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA MINISTÉRIO DA JUSTIÇA GOVERNO FEDERAL

09/07/2018 - Da Redação (Brasília) – Participe do Evento Público Regional em São Luis – MA e contribua para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção, iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção (Enccla), por meio da [Ação 1/2018](#).

A Ação 1/2018, coordenada pelo DRCI/SNJ, juntamente com a AGU e o MPF, e que vai “Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção”, realizará o quarto evento público regional, no próximo dia 31 de

julho de 2018, no Ministério Público do Maranhão, no Auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Avenida Professor Carlos Cunha, 3.261, bairro Calhau, São Luís/MA.

O objetivo é que participem sociedade civil, agentes públicos e cidadãos que possam contribuir com ideias e propostas para a elaboração do Plano. As inscrições são gratuitas e limitadas. [Para participar, clique aqui e preencha o formulário eletrônico](#) disponibilizado pela Secretaria Executiva. (Fonte: Ministério da Justiça)

